



## Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 07.682.638/0001-07

### Relatório da Administração (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Sobre a Companhia:** 1.1. **Aos acionistas:** Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Neste exercício, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro ou Companhia) continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. 1.2. **Apresentação:** A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), com sede em São Paulo, Capital, tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra. 1.3. **Destaques de 2018:** Em março de 2018, foi realizada a 5ª Emissão de Debêntures com valor de R\$ 1.200 milhões. A emissão das Debêntures foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures. Os recursos líquidos captados por meio das emissões serão destinados à realização, de investimentos relacionados à implantação da Fase II. No período de 22 a 26 de Outubro de 2018, a ViaQuatro foi auditada e manteve a certificação do seu SGQ (Sistema de Gestão de Qualidade) em atendimento aos critérios da norma ISO 9001:2015, e em cumprimento ao item 3.20 do anexo VIII do Contrato de Concessão. Em 2018, entraram em operação 3 novas estações da ViaQuatro: • Em 23/01/2018, foi inaugurada a estação Higienópolis - Mackenzie; • Em 04/04/2018, foi inaugurada a estação Oscar Freire; • Em 27/10/2018, foi inaugurada a estação São Paulo-Morumbi.

### 2. Desempenho Econômico-Financeiro

Em R\$ mil	2018	2017	Variação %
Receita Líquida	670.737	585.608	14,5%
(-) Custos e Despesas	(395.113)	(323.327)	22,2%
(-) Resultado Financeiro Líquido	(55.267)	(33.402)	65,5%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(69.301)	(70.221)	(1,3%)
Lucro Líquido	151.056	158.658	(4,8%)
Dívida Bruta	1.272.982	912.725	39,5%
Investimentos	233.291	126.918	83,8%

O reajuste das tarifas é feito pela variação de 50% do IGP-M e de 50% do

IPC 50 % em fevereiro de cada ano. Em 2018, o reajuste foi de 0,96%. 2.1. **Dividendos propostos:** Em 2018 a Companhia distribuiu um total de R\$ 276.225 na forma de Dividendos aos seus Acionistas (R\$ 72.100 em 2017). 2.2. **Destaques JCP:** Em dezembro de 2018 a Companhia fez o destaque e distribuição de Juros sobre o Capital Próprio no valor bruto de R\$ 12.644 (R\$ 16.937 em 2017). 3. **Estratégia e Gestão:** 3.1. **Governança Corporativa:** A ViaQuatro possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva. 3.2. **Gestão de Pessoas:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. A Companhia desenvolveu 55 novos cursos e aplicou 81 temas na totalidade, que representou atingir 1047 colaboradores durante o ano de 2018. Pesquisa de Satisfação - A qualidade do serviço prestado pela ViaQuatro foi comprovada pela Pesquisa de Satisfação, realizada em novembro de 2018. O levantamento apontou 93,9% no ISU - Índice de Satisfação do Usuário. Além do bom atendimento dos colaboradores e da rapidez na viagem, a pesquisa ressaltou que a inauguração de novas estações impactou positivamente a percepção de melhorias.

4. **Sustentabilidade:** Em 2018, foram realizadas 72 atividades com apoio de parceiros, ONGs e instituições. Exposições fotográficas, apresentações musicais, teatrais e campanhas de saúde foram realizadas por meio de incentivo direto da concessionária ou leis de fomento reguladas pelo Governo Federal, como as Leis Rouanet e de Incentivo ao Esporte. Alguns dos projetos realizados em 2018 foram: • Cine Boa Praça; • Histórias que Vieram de Trem; • Semear Cidadania e Sustentabilidade; • Festival de Iniciação Esportiva; • Cine Favela na Era da Inclusão Digital. Além disso, foram desenvolvidas 25 campanhas de engajamento em parceria com outras instituições, órgãos ou empresas, beneficiando a população: • Campanha do Agasalho; • Campanha DST-AIDS; • Campanha de Vacinação contra Febre Amarela e gripe; • Campanha de Rastreamento Precoce da Hepatite; • Lei-tura na ViaQuatro; • Natal Solidário. A ação "uso Consciente dos Elevado-

res" foi uma das campanhas de engajamento. Uma parceria com o grupo teatral Família Burg, com o intuito de promover uma ação educativa tratando de temas como o uso cidadão e solidário do elevador nas estações, para orientar pessoas sem dificuldade de locomoção. A proposta era incentivar a prática da gentileza e a empatia entre os usuários. Foram realizadas 38 exposições no decorrer do ano, por meio de parcerias, Instituições e ONGs, com o intuito de abordar temas de relevância social, entre as quais: • A Mata Atlântica que se quer; • Da Literatura à Razão; • Cinema Português; • Hitchcock; • Exposição Consulados. 4.1. **Prêmios e reconhecimentos:** • **Prêmio Maiores do Transporte & Melhores do Transporte:** Em novembro de 2018, a ViaQuatro foi eleita pelo segundo ano consecutivo a Melhor Operadora de Transporte Ferroviário de Passageiros no 31º Prêmio Maiores do Transporte & Melhores do Transporte, pela OTM Editora, tradicional publicação do setor. • **Selo Empresa Positiva:** Pelo trabalho contínuo de conscientização para prevenção contra HIV/Aids, a ViaQuatro foi uma das instituições homenageadas em 30/11/2018 pelo Programa Municipal de DST/Aids, da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de São Paulo, e recebeu o Selo Empresa Positiva do prefeito Bruno Covas.

5. **Considerações Finais:** 5.1. **Agradecimentos:** A ViaQuatro agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios. 5.2. **Auditores Independentes:** Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. 5.3 **Cláusula Compromissória:** O Grupo CCR está vinculado à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

São Paulo, 04 de abril de 2019  
A Administração

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixas e equivalentes de caixa	6	9.553	4.139	Financiamentos	13	-	131.814
Aplicações financeiras	6	164.808	238.366	Debêntures	14	26.302	-
Conta reserva		-	58	Fornecedores	16	49.437	163.183
Contas a receber	7	15.280	11.210	Fornecedores - partes relacionadas	10	822	812
Contas a receber - partes relacionadas	10	202	85	Impostos e contribuições a recolher	15	14.689	9.234
Tributos a recuperar	8	2.607	9.789	Obrigações sociais e trabalhistas		20.649	20.328
Despesas antecipadas		3.547	2.164	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		-	52.121
Contas a receber - operações com derivativos	21	4.674	3.560	Contas a pagar - operações com derivativos	21	-	37.526
Adiantamento a fornecedores		2.693	1.975	Outras contas a pagar		8.194	5.790
Estoques (materiais sobressalentes)		48.784	41.032	Total do passivo circulante		120.093	420.808
Outros créditos		160	191	<b>Não circulante</b>			
Total do ativo circulante		252.308	312.569	Financiamentos	13	-	255.579
<b>Não circulante</b>				Debêntures	14	1.246.680	525.332
<b>Realizável a longo prazo</b>				Impostos diferidos	9b	71.588	61.591
Conta reserva		3	-	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	17	326	240
Contas a receber - operações com derivativos	21	33	735	Contas a pagar - operações com derivativos	21	-	772
Tributos a recuperar	8	9.746	10.208	Outras contas a pagar		4.018	4.330
Depósitos judiciais		349	147	Total do passivo não circulante		1.322.612	847.844
Outros créditos		-	92	<b>Patrimônio líquido</b>			
		10.131	11.182	Capital social	18a	140.385	140.385
<b>Imobilizado</b>	11	24.719	18.661	Reservas de lucro	18c	54.642	138.773
<b>Intangível</b>	12	1.202.948	1.227.786	Dividendo adicional proposto	18d	-	16.000
<b>Intangível em construção</b>	12	152.259	-	Ajuste avaliação patrimonial	18g	4.633	6.388
Total do ativo não circulante		1.390.057	1.257.629			199.660	301.546
Total do ativo		1.642.365	1.570.198	Total do passivo e patrimônio líquido		1.642.365	1.570.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Abaixo	Legal de Lucros	Retenção	Reserva de Lucros				
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	149.607	(9.222)	14.106	108.727	-	-	(10.264)	252.954
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	158.658	-	158.658
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	16.652	16.652
Destinações:								
Reserva legal	-	-	7.933	-	-	(7.933)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	97.044	-	(97.044)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(16.937)	-	-	-	(16.937)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	16.000	(16.000)	-	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(37.681)	-	(37.681)
Distribuição de dividendos intermediários em 27 de outubro de 2017	-	-	-	(72.100)	-	-	-	(72.100)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	149.607	(9.222)	22.039	116.734	16.000	-	6.388	301.546
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	151.056	-	151.056
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1.755)	(1.755)
Destinações:								
Distribuição de dividendos em 19 de abril de 2018	-	-	-	(115.637)	(16.000)	-	-	(131.637)
Reserva legal	-	-	6.038	-	-	(6.038)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	26.565	-	(26.565)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.097)	-	(11.547)	-	(12.644)
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de outubro de 2018	-	-	-	-	-	(106.906)	-	(106.906)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	149.607	(9.222)	28.077	26.565	-	-	4.633	199.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações.

### Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
<b>Receita operacional líquida</b>	19	670.737	585.608	IPTU		(2.895)	(2.954)
<b>Custos dos serviços prestados</b>				Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(1.060)	(1.400)
Custo com pessoal		(78.610)	(71.780)	Água, luz, telefone, internet e gás		(986)	(451)
Custo de construção		(150.913)	(111.707)	Contribuições a sindicatos e associações de classes		(855)	(791)
Depreciação e amortização	11 e 12	(51.786)	(38.118)	Provisão para perda esperada - Contas a receber		(1.234)	(130)
Serviços		(17.769)	(13.885)	Outros		(3.716)	(2.609)
Materiais, equipamentos e veículos		(10.951)	(10.894)			(54.449)	(51.558)
Energia elétrica		(23.440)	(21.939)	<b>Outros resultados operacionais</b>		(505)	169
Seguros		(4.412)	(3.294)	<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		275.624	262.281
Outros		(2.278)	(321)	Resultado financeiro	20	(55.267)	(33.402)
		(340.159)	(271.938)	<b>Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		220.357	228.879
<b>Lucro bruto</b>		330.578	313.670	Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	9a	(69.301)	(70.221)
<b>Despesas operacionais</b>				<b>Lucro líquido do exercício</b>		151.056	158.658
<b>Despesas gerais e administrativas</b>				<b>Lucro líquido por ação (em reais - R\$)</b>		1.00969	1.06050
Despesas com pessoal		(21.268)	(21.518)				
Serviços		(18.773)	(17.492)				
Depreciação e amortização	11 e 12	(2.769)	(3.234)				
Materiais, equipamentos e veículos		(893)	(979)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Contexto operacional

a) **Constituição e objeto:** A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia"), com sede em São Paulo, Capital, tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra, com uma extensão de 8,9 km na Fase I, totalizando 12,8 km na Fase II, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, mas não se limitando à aquisição de bens e serviços, montagens, manutenção e operação parcial dos serviços por meio de ônibus.

O prazo de vigência do contrato é de 32 anos, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos, assegurando o prazo de exploração da operação de 30 anos, contados a partir do início da operação da Fase I. A Concessionária poderá explorar receitas alternativas, complementares, acessórias, receita de contraprestação pecuniária e a receita tarifária. O contrato de concessão foi assinado com o Poder Concedente em 29 de novembro de 2006, ocorrendo o 1º aditamento em 30 de novembro de 2007, o 2º aditamento em 29 de maio de 2008, o 3º aditamento em 18 de junho de 2010, o 4º aditamento em 25 de março de 2011 e o 5º aditamento em 26 de março de 2014. O plano original de operações

foi dividido em três fases: • **Fase I** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota de 14 trens, atendendo seis estações (Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Paulista, República e Luz) e o pátio de manutenção de Vila Sônia. A Fase I deverá ter um período operacional mínimo de quatro anos antes do início da operação da Fase II. O início das operações ocorreu conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº 3, em 21 de junho de 2010. Atualmente, todas as estações já estão em funcionamento. • **Fase II** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota adicional de 15 trens e todas as suas estações previstas, sendo Vila Sônia, Morumbi, Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Fradique Coutinho, Oscar Freire, Paulista, Higienópolis, República e Luz.



continuação

## CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

O percurso da estação Vila Sônia até Taboão da Serra será operado por meio de ônibus. Atualmente, além das estações da Fase I, também estão em operação as estações Fradique Coutinho, Higienópolis, Oscar Freire e Morumbi. • **Fase III** - Operação sobre trilhos do trecho compreendido entre as estações Vila Sônia e Taboão da Serra, cujas condições de operação serão definidas durante a execução do contrato de concessão. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 2 de março de 2010, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do Contrato de Fornecimento datado do dia 7 de agosto de 2008 de forma a contemplar o subfaseamento da Fase I em 3 fases distintas, conforme segue: (a) Subfase 1.1 - estações Faria Lima e Paulista; (b) Subfase 1.2 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã e Pinheiros; e (c) Subfase 1.3 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã, Pinheiros, República e Luz. Como consequência dos trabalhos adicionais a serem executados, tal memorando de entendimento previu um acréscimo no valor global do Contrato de Fornecimento de aproximadamente US\$ 40 milhões, a serem pagos conforme cumprimento das obrigações contratuais. • **5º Aditamento ao contrato de concessão** - Assinado em 26 de março de 2014, o referido ato menciona as eventuais datas para disponibilização, pelo Poder Concedente da infraestrutura, para início da operação comercial com as 11 estações e frota de 20 trens, cujo prazo passou a ser 26 de março de 2018, estabelecendo ainda que a Concessionária poderá por sua conta e risco antecipar parcialmente a entrada das estações referentes a Fase II. • **MOU (Memorando de Entendimento)** - No dia 29 de julho 2016, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do Contrato de Fabricação e Fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a mitigar os impactos adversos do atraso da entrega da Infraestrutura da Fase II sob responsabilidade do Poder Concedente. Dessa forma, após uma intensa análise a melhor alternativa passou a ser a suspensão parcial e a desmobilização provisória de recursos e equipes. A suspensão parcial e temporária se inicia em 19 de janeiro de 2016 por um período de 12 meses, sendo possível sua prorrogação até 19 julho de 2017. Em 31 de março de 2017, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., interrompeu a suspensão parcial, retomando em 30 de maio de 2017 as atividades do Contrato de Fabricação e Fornecimento. • **MOU (Memorando de Entendimento)** - No dia 28 de dezembro 2017, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes modificaram determinadas cláusulas do Contrato de Fabricação e Fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a alterar o programa de trabalho da Fase II, com o objetivo de compatibilizar o Contrato com as novas datas de inauguração das estações Higienópolis, Oscar Freire e Morumbi pelo Poder Concedente. • **MOU (Memorando de Entendimento)** - No dia 10 de outubro 2018, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes modificaram determinadas cláusulas do Contrato de Fabricação e Fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a alterar o programa de trabalho da Fase II, com o objetivo de subfasear a entrega da estação Vila Sônia, e, também, promover a automatização da sinalização das linhas do Pátio. • **Outras informações relevantes: (i) Processo nº 0107038-05.2006.8.26.0053 (antigo nº 053.06.107038-4 - 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo):** Trata-se de Ação Popular, distribuída em 17 de março de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô e outros, visando à anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. Em 12 de março de 2013, o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve o deferimento do pedido do Ministério Público de inclusão das pessoas físicas signatárias do Contrato de Concessão no polo passivo da ação. Contra essa decisão foram interpostos recursos aos tribunais superiores. Em 29 de agosto de 2016 foi publicada a decisão que negou a admissibilidade dos recursos. Em 19 de setembro de 2016, a Companhia interpôs agravo ao STJ, que aguarda julgamento. (i) **Processo nº 0117119-13.2006.8.26.0053 (antigo nº 053.06.117119-0 - 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo):** Trata-se de Ação Popular, distribuída em 30 de junho de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitan de São Paulo-Metrô e outros, visando à anulação de todos os atos e procedimentos relacionados com a Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. Em 29 de outubro de 2009 foi proferida decisão determinando a conexão com a Ação Popular nº 053.06.107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Em razão da referida conexão, o andamento desta ação segue o da referida Ação Popular (item "i" acima). A Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles. **2. Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Moeda estrangeira:** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes. **b) Receitas de contratos com clientes:** A Companhia adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 estão descritas na letra "o" desta nota. As receitas metroviárias, são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **c) Instrumentos financeiros:** A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 48 estão descritos na letra "o" desta nota. • Classificação: A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. As três principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR ou VJORA: • São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado, ao VJR ou VJORA. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR ou ao VJORA, são mensurados pelo custo amortizado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser men-

surado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos e passivos financeiros são mensurados ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR: • Forem mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Mensuração e desreconhecimento. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado. Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR. Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado. Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo VJR e suas variações são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa, em que a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é mensurada ao VJORA. Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira contínua, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*. *Hedge* de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilidade de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação. *Hedge* de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilidade de *hedge*. Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Capital social - ações ordinárias e preferenciais:** Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **f) Ativo imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que

esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado como outros resultados operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **g) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados; São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefício econômico estimada. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12. • Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "n". Os ativos em fase de construção são classificados como intangível em construção. **h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou - O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **j) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **k) Benefícios a empregados:** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulga-

continuação

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

das até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente: tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **m) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **n) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - (ICPC 01 - R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão metropolitana, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização. **o) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas:** A Companhia adotou, a partir de 1º de janeiro de 2018, as seguintes normas: **CPC 47 - Receitas de contratos com clientes:** Introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. Estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Após as análises realizadas, a Companhia não identificou impactos da adoção desta norma, exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, nas suas Demonstrações Financeiras em comparação com as normas anteriores de reconhecimento de receita, seja em termos de montante das receitas de construção e outras receitas operacionais, conforme em termos de momento de reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01, já reconhecidas anteriormente de forma desagregada. O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das demonstrações financeiras. O valor do intangível em construção em 1º de janeiro de 2018 era de R\$ 132.552. **CPC 48 - Instrumentos financeiros:** Estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. **i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros:** Retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Sua adoção não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito a seguir, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 e as novas categorias requeridas para mensuração, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos e passivos financeiros	Classificação		Valor contábil	
	original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	original de acordo com o CPC 38	Valor contábil de acordo com o CPC 48
	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	11.210	11.210
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	85	85
Contas a receber - partes relacionadas	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado abrangente (a)	4.248	4.248
Contas a receber - operações com derivativos				
	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Valor contábil de acordo com o CPC 48
Contas a pagar - operações com derivativos	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado abrangente (a)	(2.663)	(2.663)

(a) As alterações nas classificações referem-se apenas a modificações nas nomenclaturas das categorias dos instrumentos financeiros, sem efeito na classificação e mensuração contábil, pois os mesmos já eram tratados no resultado abrangente, conforme permitido pela contabilidade de hedge (hedge de fluxo de caixa). **ii. Impairment de ativos financeiros:** Substitui o modelo de perda incorrida do CPC 38 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do impairment de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma. **iii. Contabilidade de hedge:** A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de hedge do CPC 48. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de hedge estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A aplicação da contabilidade de hedge de acordo com o CPC 48 não teve impacto no momento de adoção da nova norma. **p) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivas:** A Companhia é obrigada a adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada desta norma. A CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O impacto da aplicação da CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Não se espera que a adoção do CPC 06 (R2) produza impacto significativo para a Companhia, nem afete de maneira relevante a capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em debêntures. As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídas, estando pendentes os seguintes pontos: (i) taxa de desconto e; (ii) estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento pela parcela líquida ou bruta de impostos. A Companhia pretende aplicar a CPC 06 (R2) inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. **Outras normas:** A Companhia está avaliando eventuais impactos das seguintes normas alteradas e interpretação emitida ainda não vigentes: - ICPC 22 Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro. - Características de pré-pagamento com remuneração negativa. - Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas CPC. - CPC 11 contratos de seguros.

**3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 04 de abril de 2019 foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado abrangente. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2n Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
- 7 Provisão para perda esperada
- 12 Amortização dos ativos intangíveis
- 17 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
- 21 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

**4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixas e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos, resumem-se a contratos de swaps de taxa de juros, NDF (non deliverable forward) e opções de compra de Libor, que visam a proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. **Operações de swap de juros e NDF de moeda:** Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se ao fluxo de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração. **Opções de compra de moeda com teto (cap):** O valor justo das opções de compra é calculado utilizando o modelo de Black-Scholes para especificação de opções cambiais.

**5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos e junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, 14 e 21. As tarifas de metrô são atualizadas pela média ponderada, sendo 50% do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e 50% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor). **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previsto em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	49.988	147.044	214.339	228.915	1.501.703
Fornecedores e outras contas a pagar	57.631	4.018	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	822	-	-	-	-
(a) Valores brutos dos custos de transação					
<b>6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</b>				<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa e bancos				5.766	4.139
Aplicações financeiras					
Fundos de investimentos e CDB				3.787	-
				9.553	4.139
Aplicações financeiras					
Fundos de investimentos e CDB				164.808	238.366
				164.808	238.366

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,62% do CDI, equivalente a 6,31% ao ano (97,95% do CDI, equivalente a 9,68% ao ano, em média, 31 de dezembro de 2017).

	2018	2017
<b>7. Contas a receber Circulante</b>		
Receitas tarifária (a)	4.757	4.231
Receitas acessórias (b)	11.980	7.202
	16.737	11.433
	(1.457)	(223)
	15.280	11.210

	2018	2017
<b>Idade de Vencimento dos Títulos</b>		
Crédito a vencer	10.592	8.883
Créditos vencidos até 60 dias	4.304	2.076
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	384	251
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	648	119
Créditos vencidos há mais de 180 dias	809	104
	16.737	11.433

(a) Créditos a receber da Cia do Metropolitano de SP e da SPTTrans, decorrentes de serviços prestados aos usuários; (b) Créditos de receitas acessórias (locação de painéis publicitários e aluguel de espaços) previstas nos contratos de concessão, e (c) A provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

	2018	2017
<b>8. Tributos a recuperar Circulante</b>		
COFINS	1	2.176
IRRF	2.580	1.275
PIS	-	430
ICMS	-	5.738
Outros	26	170
	2.607	9.789

	2018	2017
<b>Não Circulante</b>		
IRPJ e CSLL	9.746	10.208
	9.746	10.208

**9. Imposto de renda e contribuição social**  
**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	220.357	228.879
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(74.921)	(77.819)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(591)	(610)
Juros sobre capital próprio	4.299	5.759
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(207)	(315)
Incentivo relativo ao imposto de renda	2.095	2.219
Outros ajustes tributários	24	545
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(69.301)	(70.221)
Impostos correntes	(58.401)	(44.909)
Impostos diferidos	(10.900)	(25.312)
	(69.301)	(70.221)
	31,45%	30,68%

**b. Impostos diferidos:** O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Saldo em 2018			
	Reconhecido no resultado	em outros resultados abrangentes	Ativo fiscal líquido	Passivo fiscal diferido
	2017 resultado			
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.052	253	- 2.305	2.305
Provisão para perda esperada - contas a receber	76	420	- 496	496
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	81	30	- 111	111
Variação cambial (b)	(29.284)	22.069	- (7.215)	2.200 (9.415)
Resultado de operações com derivativos	35.458	(9.373)	903	26.988 28.577 (1.589)
Provisão IPTU	52	-	- 52	52
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(70.026)	(24.299)	- (94.325)	15.690 (110.015)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(61.591)	(10.900)	903 (71.588)	49.431 (121.019)
Compensação de imposto	-	-	-	(49.431) 49.431
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(61.591)	(10.900)	903 (71.588)	- (71.588)

continua



CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.																																																																																																																																															
continuação																																																																																																																																															
Saldo em 2017																																																																																																																																															
	Saldo líquido em 1º de janeiro	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Saldo em 2017		Ativo Passivo	Valor Líquido	Ativo fiscal	Passivo fiscal	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos a apropriar em 2018	Vencimento final	2018	2017																																																																																																																																
				Ativo	Passivo																																																																																																																																										
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	10.007	(10.007)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.821	231	-	2.052	2.052	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																
Provisão para perda esperada - contas a receber	70	6	-	76	76	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	179	(98)	-	81	81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																
Varição cambial (b)	(43.418)	14.134	-	(29.284)	-	(29.284)	-	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																
Resultado de operações com derivativos	61.655	(17.619)	(8.578)	35.458	35.996	(538)	-	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																
Provisão IPTU	50	2	-	52	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(58.065)	(11.961)	-	(70.026)	15.419	(85.445)	-	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(27.701)	(25.312)	(8.578)	(61.591)	53.676	(115.267)	-	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																
Compensação de imposto	-	-	-	-	(53.676)	53.676	-	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(27.701)	(25.312)	(8.578)	(61.591)	-	(61.591)	-	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																
(a) Saldos de diferenças temporárias resultantes da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do regime tributário de transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados. (b) As variações cambiais deste item se referem às operações de derivativos, cujo tratamento fiscal é regido pelo artigo 32 da Lei nº 11.051/04, por esse motivo a realização fiscal desta variação cambial se dará quando da efetiva liquidação da operação de derivativos.																																																																																																																																															
<b>10. Partes relacionadas</b>																																																																																																																																															
Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2018</th> <th colspan="2">2017</th> </tr> <tr> <th>Transações Prestadas</th> <th>Receitas</th> <th>Transações Prestadas</th> <th>Receitas</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Controladora</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>CCR</td> <td>4.678 (a)</td> <td>-</td> <td>4.735 (a)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Outras partes relacionadas</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>CPC</td> <td>3.961 (b)</td> <td>-</td> <td>3.792 (b)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Samm</td> <td>167 (e)</td> <td>216 (c)</td> <td>-</td> <td>210 (c)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>8.806</td> <td>216</td> <td>8.527</td> <td>210</td> </tr> </tbody> </table>																	2018		2017		Transações Prestadas	Receitas	Transações Prestadas	Receitas	<b>Controladora</b>					CCR	4.678 (a)	-	4.735 (a)	-	<b>Outras partes relacionadas</b>					CPC	3.961 (b)	-	3.792 (b)	-	Samm	167 (e)	216 (c)	-	210 (c)	Total	8.806	216	8.527	210																																																																																									
	2018		2017																																																																																																																																												
	Transações Prestadas	Receitas	Transações Prestadas	Receitas																																																																																																																																											
<b>Controladora</b>																																																																																																																																															
CCR	4.678 (a)	-	4.735 (a)	-																																																																																																																																											
<b>Outras partes relacionadas</b>																																																																																																																																															
CPC	3.961 (b)	-	3.792 (b)	-																																																																																																																																											
Samm	167 (e)	216 (c)	-	210 (c)																																																																																																																																											
Total	8.806	216	8.527	210																																																																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2018</th> <th colspan="2">2017</th> </tr> <tr> <th>Ativo</th> <th>Passivo</th> <th>Ativo</th> <th>Passivo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Controladora</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>CCR</td> <td>8 (d)</td> <td>368 (a)</td> <td>-</td> <td>406 (a)</td> </tr> <tr> <td><b>Outras partes relacionadas</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>CPC</td> <td>-</td> <td>310 (b)</td> <td>-</td> <td>308 (b)</td> </tr> <tr> <td>Samm</td> <td>18 (c)</td> <td>-</td> <td>18 (c)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Five trilhos</td> <td>3 (d)</td> <td>9 (d)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Metro Bahia</td> <td>14 (d)</td> <td>5 (d)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Rodoanel Oeste</td> <td>19 (d)</td> <td>5 (d)</td> <td>11 (d)</td> <td>2 (d)</td> </tr> <tr> <td>ViaOeste</td> <td>17 (d)</td> <td>13 (d)</td> <td>56 (d)</td> <td>96 (d)</td> </tr> <tr> <td>Via Mobilidade</td> <td>123 (d)</td> <td>112 (d)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total circulante, 31 de dezembro de 2018</td> <td>202</td> <td>822</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total, 31 de dezembro de 2018</td> <td>202</td> <td>822</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total circulante, 31 de dezembro de 2017</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>85</td> <td>812</td> </tr> <tr> <td>Total, 31 de dezembro de 2017</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>85</td> <td>812</td> </tr> </tbody> </table>																	2018		2017		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	<b>Controladora</b>					CCR	8 (d)	368 (a)	-	406 (a)	<b>Outras partes relacionadas</b>					CPC	-	310 (b)	-	308 (b)	Samm	18 (c)	-	18 (c)	-	Five trilhos	3 (d)	9 (d)	-	-	Metro Bahia	14 (d)	5 (d)	-	-	Rodoanel Oeste	19 (d)	5 (d)	11 (d)	2 (d)	ViaOeste	17 (d)	13 (d)	56 (d)	96 (d)	Via Mobilidade	123 (d)	112 (d)	-	-	Total circulante, 31 de dezembro de 2018	202	822	-	-	Total, 31 de dezembro de 2018	202	822	-	-	Total circulante, 31 de dezembro de 2017	-	-	85	812	Total, 31 de dezembro de 2017	-	-	85	812																																																	
	2018		2017																																																																																																																																												
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo																																																																																																																																											
<b>Controladora</b>																																																																																																																																															
CCR	8 (d)	368 (a)	-	406 (a)																																																																																																																																											
<b>Outras partes relacionadas</b>																																																																																																																																															
CPC	-	310 (b)	-	308 (b)																																																																																																																																											
Samm	18 (c)	-	18 (c)	-																																																																																																																																											
Five trilhos	3 (d)	9 (d)	-	-																																																																																																																																											
Metro Bahia	14 (d)	5 (d)	-	-																																																																																																																																											
Rodoanel Oeste	19 (d)	5 (d)	11 (d)	2 (d)																																																																																																																																											
ViaOeste	17 (d)	13 (d)	56 (d)	96 (d)																																																																																																																																											
Via Mobilidade	123 (d)	112 (d)	-	-																																																																																																																																											
Total circulante, 31 de dezembro de 2018	202	822	-	-																																																																																																																																											
Total, 31 de dezembro de 2018	202	822	-	-																																																																																																																																											
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	-	-	85	812																																																																																																																																											
Total, 31 de dezembro de 2017	-	-	85	812																																																																																																																																											
<b>Despesas com profissionais-chaves da administração</b>																																																																																																																																															
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa (f)																																																																																																																																															
Outros benefícios:																																																																																																																																															
Provisão para remuneração variável																																																																																																																																															
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte																																																																																																																																															
Complemento/(Reversão) de PPR do ano anterior pago no ano																																																																																																																																															
Previdência privada																																																																																																																																															
Seguro de vida																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>908</td> <td>1.115</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(80)</td> <td>143</td> </tr> <tr> <td></td> <td>120</td> <td>106</td> </tr> <tr> <td></td> <td>5</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td></td> <td>4.511</td> <td>3.006</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2018</td> <td>2017</td> </tr> <tr> <td></td> <td>1.096</td> <td>1.264</td> </tr> </tbody> </table>																	2018	2017		908	1.115		(80)	143		120	106		5	4		4.511	3.006		2018	2017		1.096	1.264																																																																																																								
	2018	2017																																																																																																																																													
	908	1.115																																																																																																																																													
	(80)	143																																																																																																																																													
	120	106																																																																																																																																													
	5	4																																																																																																																																													
	4.511	3.006																																																																																																																																													
	2018	2017																																																																																																																																													
	1.096	1.264																																																																																																																																													
<b>Saldos a pagar aos profissionais-chaves da administração</b>																																																																																																																																															
Remuneração dos administradores (f)																																																																																																																																															
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 10 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia no montante de R\$ 4.100. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social. a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês subsequente ao mês do faturamento; b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês subsequente ao mês do faturamento; c) Contrato de ocupação e uso dos espaços de utilização mediante remuneração, para fins de instalação, operação, manutenção e exploração da infraestrutura de telecomunicações, com prazo até o término da vigência do contrato de concessão, cujos pagamentos ocorrem até o dia 5 do mês subsequente. O contrato é reajustado anualmente com base no IPC e IGP-M, sendo cada um na razão de 50%; d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e) Contrato de prestação de serviços para fornecimento de interface óptica padrão Gigabit Ethernet - "Clean Channel" denominado "Data Samm" para interligar a Companhia com a nuvem Multiprotocol Label Switching (MPLS) através de circuito digital que permite o acesso e o transporte de dados, voz e vídeo; e f) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.																																																																																																																																															
<b>11. Ativo Imobilizado</b>																																																																																																																																															
<b>Movimentação do custo</b>																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2017</th> <th colspan="2">2018</th> </tr> <tr> <th>Saldo inicial</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>Transferências (a)</th> <th>Saldo final</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td>6.447</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>645</td> <td>5.292</td> </tr> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>22.650</td> <td>-</td> <td>(4)</td> <td>864</td> <td>23.510</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>2.274</td> <td>-</td> <td>(36)</td> <td>29</td> <td>2.267</td> </tr> <tr> <td>Instalações e edificações</td> <td>149</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>149</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos operacionais</td> <td>9.572</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(15)</td> <td>9.557</td> </tr> <tr> <td>Imobilizações em andamento</td> <td>7.002</td> <td>9.877</td> <td>-</td> <td>(2.088)</td> <td>14.791</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>46.294</td> <td>9.877</td> <td>(40)</td> <td>(565)</td> <td>55.566</td> </tr> </tbody> </table>																	2017		2018		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	Móveis e utensílios	6.447	-	-	645	5.292	Máquinas e equipamentos	22.650	-	(4)	864	23.510	Veículos	2.274	-	(36)	29	2.267	Instalações e edificações	149	-	-	-	149	Equipamentos operacionais	9.572	-	-	(15)	9.557	Imobilizações em andamento	7.002	9.877	-	(2.088)	14.791	Total	46.294	9.877	(40)	(565)	55.566																																																																												
	2017		2018																																																																																																																																												
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final																																																																																																																																										
Móveis e utensílios	6.447	-	-	645	5.292																																																																																																																																										
Máquinas e equipamentos	22.650	-	(4)	864	23.510																																																																																																																																										
Veículos	2.274	-	(36)	29	2.267																																																																																																																																										
Instalações e edificações	149	-	-	-	149																																																																																																																																										
Equipamentos operacionais	9.572	-	-	(15)	9.557																																																																																																																																										
Imobilizações em andamento	7.002	9.877	-	(2.088)	14.791																																																																																																																																										
Total	46.294	9.877	(40)	(565)	55.566																																																																																																																																										
Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 60 em 2018 (R\$ 58 em 2017). A taxa média de capitalização em 2018 foi de 6,50% a.a. (custo dos empréstimos divididos pelo saldo médio de financiamentos e debêntures) e 5,27% a.a. em 2017.																																																																																																																																															
<b>Movimentação da depreciação</b>																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2017</th> <th colspan="2">2018</th> </tr> <tr> <th>Saldo inicial</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>Transferências (a)</th> <th>Saldo final</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td>10</td> <td>(2.257)</td> <td>(457)</td> <td>-</td> <td>(24)</td> <td>(2.738)</td> </tr> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>13</td> <td>(13.881)</td> <td>(2.473)</td> <td>1</td> <td>3</td> <td>(16.350)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>25</td> <td>(1.969)</td> <td>(169)</td> <td>36</td> <td>-</td> <td>(2.102)</td> </tr> <tr> <td>Instalações e edificações</td> <td>5</td> <td>(147)</td> <td>(2)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(149)</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos operacionais</td> <td>13</td> <td>(9.379)</td> <td>(147)</td> <td>-</td> <td>18</td> <td>(9.508)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(27.633)</td> <td>(3.248)</td> <td>37</td> <td>(3)</td> <td>(30.847)</td> </tr> </tbody> </table>																	2017		2018		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	Móveis e utensílios	10	(2.257)	(457)	-	(24)	(2.738)	Máquinas e equipamentos	13	(13.881)	(2.473)	1	3	(16.350)	Veículos	25	(1.969)	(169)	36	-	(2.102)	Instalações e edificações	5	(147)	(2)	-	-	(149)	Equipamentos operacionais	13	(9.379)	(147)	-	18	(9.508)	Total	(27.633)	(3.248)	37	(3)	(30.847)																																																																													
	2017		2018																																																																																																																																												
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final																																																																																																																																										
Móveis e utensílios	10	(2.257)	(457)	-	(24)	(2.738)																																																																																																																																									
Máquinas e equipamentos	13	(13.881)	(2.473)	1	3	(16.350)																																																																																																																																									
Veículos	25	(1.969)	(169)	36	-	(2.102)																																																																																																																																									
Instalações e edificações	5	(147)	(2)	-	-	(149)																																																																																																																																									
Equipamentos operacionais	13	(9.379)	(147)	-	18	(9.508)																																																																																																																																									
Total	(27.633)	(3.248)	37	(3)	(30.847)																																																																																																																																										
(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.																																																																																																																																															
<b>12. Intangível</b>																																																																																																																																															
<b>Movimentação do custo</b>																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2017</th> <th colspan="2">2018</th> </tr> <tr> <th>Saldo Adoção inicial</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>Transferências (a)</th> <th>Saldo final</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Direitos de exploração da infraestrutura concedida (a)</td> <td>1.386.871</td> <td>(132.552)</td> <td>(3.500)</td> <td>-</td> <td>1.250.819</td> </tr> <tr> <td>Direitos de uso de sistemas informatizados</td> <td>18.208</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(330)</td> <td>17.878</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.405.079</td> <td>(132.552)</td> <td>(3.500)</td> <td>(330)</td> <td>1.250.819</td> </tr> </tbody> </table>																	2017		2018		Saldo Adoção inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	Direitos de exploração da infraestrutura concedida (a)	1.386.871	(132.552)	(3.500)	-	1.250.819	Direitos de uso de sistemas informatizados	18.208	-	-	(330)	17.878	Total	1.405.079	(132.552)	(3.500)	(330)	1.250.819																																																																																																				
	2017		2018																																																																																																																																												
	Saldo Adoção inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final																																																																																																																																										
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (a)	1.386.871	(132.552)	(3.500)	-	1.250.819																																																																																																																																										
Direitos de uso de sistemas informatizados	18.208	-	-	(330)	17.878																																																																																																																																										
Total	1.405.079	(132.552)	(3.500)	(330)	1.250.819																																																																																																																																										
<b>Intangível em construção</b>																																																																																																																																															
Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 68.970 em 2018 (R\$ 41.543 em 2017). A taxa média de capitalização em 2018 foi de 6,50% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures) e 5,27% a.a. em 2017. Foram diminuídos aos ativos intangíveis resultados de hedge accounting no montante de R\$ 12.304 em 2018 (acrescidos R\$ 34.132 em 2017).																																																																																																																																															
<b>Movimentação da amortização</b>																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2017</th> <th colspan="2">2018</th> </tr> <tr> <th>Saldo inicial</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>Saldo final</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Direitos de exploração da infraestrutura concedida</td> <td>(b)</td> <td>(162.821)</td> <td>(50.228)</td> <td>(213.049)</td> </tr> <tr> <td>Direitos de uso de sistemas informatizados</td> <td>20</td> <td>(14.472)</td> <td>(1.079)</td> <td>(15.551)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(177.293)</td> <td>(177.293)</td> <td>(51.307)</td> <td>(228.600)</td> </tr> </tbody> </table>																	2017		2018		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(162.821)	(50.228)	(213.049)	Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(14.472)	(1.079)	(15.551)	Total	(177.293)	(177.293)	(51.307)	(228.600)																																																																																																								
	2017		2018																																																																																																																																												
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final																																																																																																																																											
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(162.821)	(50.228)	(213.049)																																																																																																																																											
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(14.472)	(1.079)	(15.551)																																																																																																																																											
Total	(177.293)	(177.293)	(51.307)	(228.600)																																																																																																																																											
(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; (b) Amortização pela curva do benefício econômico.																																																																																																																																															
<b>13. Financiamentos</b>																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Instituições financeiras</th> <th rowspan="2">Taxas contratuais</th> <th rowspan="2">Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</th> <th rowspan="2">Custos de transação incorridos</th> <th rowspan="2">Saldos a apropriar em 2018</th> <th rowspan="2">Vencimento final</th> <th rowspan="2">2018</th> <th rowspan="2">2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Em moeda estrangeira</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>1. BID - A Loan</td> <td>US\$ + LIBOR + 2,50%</td> <td>3,1244% (a)</td> <td>3.168</td> <td>-</td> <td>Fevereiro de 2023</td> <td>-</td> <td>-120.462 (b)</td> </tr> <tr> <td>1. BID - B Loan</td> <td>US\$ + LIBOR + 2,20%</td> <td>3,8467% (a)</td> <td>11.231</td> <td>-</td> <td>Fevereiro de 2020</td> <td>-</td> <td>-266.931 (b)</td> </tr> <tr> <td>Subtotal em moeda estrangeira</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>-387.393</td> </tr> <tr> <td><b>Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>-133.178</td> </tr> <tr> <td>Custos de transação</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(1.364)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>-131.814</td> </tr> <tr> <td><b>Não Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>-256.863</td> </tr> <tr> <td>Custos de transação</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(1.284)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>-255.579</td> </tr> </tbody> </table>																Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos a apropriar em 2018	Vencimento final	2018	2017	Em moeda estrangeira							1. BID - A Loan	US\$ + LIBOR + 2,50%	3,1244% (a)	3.168	-	Fevereiro de 2023	-	-120.462 (b)	1. BID - B Loan	US\$ + LIBOR + 2,20%	3,8467% (a)	11.231	-	Fevereiro de 2020	-	-266.931 (b)	Subtotal em moeda estrangeira							-387.393	<b>Circulante</b>								Financiamentos							-133.178	Custos de transação							(1.364)	Total							-131.814	<b>Não Circulante</b>								Financiamentos							-256.863	Custos de transação							(1.284)	Total							-255.579																									
Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos a apropriar em 2018	Vencimento final	2018	2017																																																																																																																																								
								Em moeda estrangeira																																																																																																																																							
1. BID - A Loan	US\$ + LIBOR + 2,50%	3,1244% (a)	3.168	-	Fevereiro de 2023	-	-120.462 (b)																																																																																																																																								
1. BID - B Loan	US\$ + LIBOR + 2,20%	3,8467% (a)	11.231	-	Fevereiro de 2020	-	-266.931 (b)																																																																																																																																								
Subtotal em moeda estrangeira							-387.393																																																																																																																																								
<b>Circulante</b>																																																																																																																																															
Financiamentos							-133.178																																																																																																																																								
Custos de transação							(1.364)																																																																																																																																								
Total							-131.814																																																																																																																																								
<b>Não Circulante</b>																																																																																																																																															
Financiamentos							-256.863																																																																																																																																								
Custos de transação							(1.284)																																																																																																																																								
Total							-255.579																																																																																																																																								
(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada. <b>Garantias:</b> (b) Garantia real: Em 03 de abril de 2018, foi liquidado antecipadamente o financiamento com o BID.																																																																																																																																															
<b>14. Debêntures</b>																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Série</th> <th rowspan="2">Taxas contratuais</th> <th rowspan="2">Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</th> <th rowspan="2">Custos de transação incorridos</th> <th rowspan="2">Saldos a apropriar em 2018</th> <th rowspan="2">Vencimento final</th> <th rowspan="2">2018</th> <th rowspan="2">2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1. 1ª Emissão - série de 1 a 4</td> <td>2,90% a.a.</td> <td>3,4802% (a)</td> <td>2.912</td> <td>-</td> <td>Maio de 2019</td> <td>-</td> <td>-204.872 (b)</td> </tr> <tr> <td>1. 2ª Emissão - série de 1 a 4</td> <td>2,90% a.a.</td> <td>3,3902% (a)</td> <td>1.046</td> <td>-</td> <td>Maio de 2019</td> <td>-</td> <td>-80.755 (b)</td> </tr> <tr> <td>1. 3ª Emissão - série de 1 a 4</td> <td>2,90% a.a.</td> <td>3,3771% (a)</td> <td>1.236</td> <td>-</td> <td>Maio de 2019</td> <td>-</td> <td>-93.010 (b)</td> </tr> <tr> <td>1. 4ª Emissão - série de 1 a 3</td> <td>2,90% a.a.</td> <td>3,5917% (a)</td> <td>1.604</td> <td>-</td> <td>Maio de 2019</td> <td>-</td> <td>-146.695 (b)</td> </tr> <tr> <td>2. 5ª Emissão - série 1</td> <td>2,30% a.a.</td> <td>2,5373% (a)</td> <td>10.072</td> <td>9.025</td> <td>Março de 2028</td> <td>736.892</td> <td>- (c)(d)</td> </tr> <tr> <td>2. 5ª Emissão - série 2</td> <td>7,0737% a.a.</td> <td>7,2943%</td> <td>5.534</td> <td>5.021</td> <td>Março de 2028</td> <td>536.090</td> <td>- (c)(d)</td> </tr> <tr> <td>Total geral</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>14.046</td> <td></td> <td>1.272.982</td> <td>525.332</td> </tr> <tr> <td><b>Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>27.038</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Custos de transação</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(736)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>26.302</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Não Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1.259.990</td> <td>529.160</td> </tr> <tr> <td>Custos de transação</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(13.310)</td> <td>(3.828)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1.246.680</td> <td>525.332</td> </tr> </tbody> </table>																Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos a apropriar em 2018	Vencimento final	2018	2017	1. 1ª Emissão - série de 1 a 4	2,90% a.a.	3,4802% (a)	2.912	-	Maio de 2019	-	-204.872 (b)	1. 2ª Emissão - série de 1 a 4	2,90% a.a.	3,3902% (a)	1.046	-	Maio de 2019	-	-80.755 (b)	1. 3ª Emissão - série de 1 a 4	2,90% a.a.	3,3771% (a)	1.236	-	Maio de 2019	-	-93.010 (b)	1. 4ª Emissão - série de 1 a 3	2,90% a.a.	3,5917% (a)	1.604	-	Maio de 2019	-	-146.695 (b)	2. 5ª Emissão - série 1	2,30% a.a.	2,5373% (a)	10.072	9.025	Março de 2028	736.892	- (c)(d)	2. 5ª Emissão - série 2	7,0737% a.a.	7,2943%	5.534	5.021	Março de 2028	536.090	- (c)(d)	Total geral				14.046		1.272.982	525.332	<b>Circulante</b>								Debêntures						27.038	-	Custos de transação						(736)	-	Total						26.302	-	<b>Não Circulante</b>								Debêntures						1.259.990	529.160	Custos de transação						(13.310)	(3.828)	Total						1.246.680	525.332
Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos a apropriar em 2018	Vencimento final	2018	2017																																																																																																																																								
								1. 1ª Emissão - série de 1 a 4	2,90% a.a.	3,4802% (a)	2.912	-	Maio de 2019	-	-204.872 (b)																																																																																																																																
1. 2ª Emissão - série de 1 a 4	2,90% a.a.	3,3902% (a)	1.046	-	Maio de 2019	-	-80.755 (b)																																																																																																																																								
1. 3ª Emissão - série de 1 a 4	2,90% a.a.	3,3771% (a)	1.236	-	Maio de 2019	-	-93.010 (b)																																																																																																																																								
1. 4ª Emissão - série de 1 a 3	2,90% a.a.	3,5917% (a)	1.604	-	Maio de 2019	-	-146.695 (b)																																																																																																																																								
2. 5ª Emissão - série 1	2,30% a.a.	2,5373% (a)	10.072	9.025	Março de 2028	736.892	- (c)(d)																																																																																																																																								
2. 5ª Emissão - série 2	7,0737% a.a.	7,2943%	5.534	5.021	Março de 2028	536.090	- (c)(d)																																																																																																																																								
Total geral				14.046		1.272.982	525.332																																																																																																																																								
<b>Circulante</b>																																																																																																																																															
Debêntures						27.038	-																																																																																																																																								
Custos de transação						(736)	-																																																																																																																																								
Total						26.302	-																																																																																																																																								
<b>Não Circulante</b>																																																																																																																																															
Debêntures						1.259.990	529.160																																																																																																																																								
Custos de transação						(13.310)	(3.828)																																																																																																																																								
Total						1.246.680	525.332																																																																																																																																								
(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. <b>Garantias:</b> (b) Garantia proporcional dos acionistas. (c) Alienação fiduciária. (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.																																																																																																																																															
<b>Cronograma de desembolsos (não circulante)</b>																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2020</td> <td>37.636</td> </tr> <tr> <td>2021</td> <td>97.369</td> </tr> <tr> <td>2022</td> <td>111.452</td> </tr> <tr> <td>2023</td> <td>168.756</td> </tr> <tr> <td>2024 em diante</td> <td>798.860</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.214.073</td> </tr> </tbody> </table>																	2018	2020	37.636	2021	97.369	2022	111.452	2023	168.756	2024 em diante	798.860	Total	1.214.073																																																																																																																		
	2018																																																																																																																																														
2020	37.636																																																																																																																																														
2021	97.369																																																																																																																																														
2022	111.452																																																																																																																																														
2023	168.756																																																																																																																																														
2024 em diante	798.860																																																																																																																																														
Total	1.214.073																																																																																																																																														
A Companhia possui debêntures com cláusulas de <i>cross default</i> e/ou <i>cross acceleration</i> , ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 06 de abril de 2018, foram integralmente liquidadas antecipadamente as debêntures da 1ª a 4ª emissão, com recursos da 5ª emissão de debêntures. 2. Em 15 de março de 2018, ocorreu a 5ª emissão de debêntures, distribuída em duas séries, no total de 1.200.000 debêntures, sendo 700.000 debêntures na 1ª série e 500.000 debêntures na 2ª série, todas integralizadas em 29 de março de 2018, totalizando um valor nominal de R\$ 1.200.000, com vencimento em 15 de março de 2028. A remuneração da 1ª série é de CDI + 2,3% a.a. e da 2ª série é de IPCA + juros de 7,0737% a.a.. As debêntures contam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de ações e; (ii) cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios. Adicionalmente, a concessionária obriga-se a não contratar novos endividamentos, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4, e o ICSD seja igual ou inferior a 1,1. Além disso, compromete-se a não distribuir dividendos caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4 e o ICSD seja igual ou inferior a 1,3. A concessionária pode optar pela contratação de fiança bancária ou depósito em conta reserva, caso deseje contratar novas dívidas ou distribuir dividendos com os índices abaixo dos números descritos acima.																																																																																																																																															
<b>15. Obrigações sociais e trabalhistas</b>																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Salários e remunerações a pagar</td> <td>3.178</td> <td>3.088</td> </tr> <tr> <td>Benefícios, gratificações e participações a pagar</td> <td>7.645</td> <td>6.989</td> </tr> <tr> <td>Encargos sociais e previdenciários</td> <td>3.400</td> <td>3.437</td> </tr> <tr> <td>Provisão para férias e 13º salário</td> <td>6.426</td> <td>6.814</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>20.649</td> <td>20.328</td> </tr> </tbody> </table>																	2018	2017	Salários e remunerações a pagar	3.178	3.088	Benefícios, gratificações e participações a pagar	7.645	6.989	Encargos sociais e previdenciários	3.400	3.437	Provisão para férias e 13º salário	6.426	6.814	Total	20.649	20.328																																																																																																														
	2018	2017																																																																																																																																													
Salários e remunerações a pagar	3.178	3.088																																																																																																																																													
Benefícios, gratificações e participações a pagar	7.645	6.989																																																																																																																																													
Encargos sociais e previdenciários	3.400	3.437																																																																																																																																													
Provisão para férias e 13º salário	6.426	6.814																																																																																																																																													
Total	20.649	20.328																																																																																																																																													
<b>16. Fornecedores</b>																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)</td> <td>37.059</td> <td>155.595</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (b)</td> <td>12.200</td> <td>7.309</td> </tr> <tr> <td>Cauções e retenções contratuais</td> <td>178</td> <td>279</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>49.437</td> <td>163.183</td> </tr> </tbody> </table>																	2018	2017	Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	37.059	155.595	Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (b)	12.200	7.309	Cauções e retenções contratuais	178	279	Total	49.437	163.183																																																																																																																	
	2018	2017																																																																																																																																													
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	37.059	155.595																																																																																																																																													
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (b)	12.200	7.309																																																																																																																																													
Cauções e retenções contratuais	178	279																																																																																																																																													
Total	49.437	163.183																																																																																																																																													
(a) A Companhia possui como principais fornecedores estrangeiros a Siemens AG, Siemens SAS, Sepsa e Hyundai Rotem Company para implantação do projeto, que prevê fornecimento dos sistemas de sinalização, de comando centralizado da via e páteo, de comunicação móvel e dos trens, incluindo sobressalentes e obrigatórios para os sistemas. (b) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a melhorias, manutenção e conservação.																																																																																																																																															
<b>17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários</b>																																																																																																																																															
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciárias. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2017</th> <th colspan="2">2018</th> </tr> <tr> <th>Saldo inicial</th> <th>Reversão</th> <th>Atualização monetária</th> <th>Pagamentos</th> <th>Saldo final</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Não circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cíveis e administrativos</td> <td>-</td> <td>46</td> <td>4</td> <td>(24)</td> <td>26</td> </tr> <tr> <td>Trabalhistas e previdenciários</td> <td>240</td> <td>630</td> <td>10</td> <td>(580)</td> <td>300</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>240</td> <td>676</td> <td>14</td> <td>(604)</td> <td>326</td> </tr> </tbody> </table>																	2017		2018		Saldo inicial	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo final	<b>Não circulante</b>						Cíveis e administrativos	-	46	4	(24)	26	Trabalhistas e previdenciários	240	630	10	(580)	300	Total	240	676	14	(604)	326																																																																																														
	2017		2018																																																																																																																																												
	Saldo inicial	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo final																																																																																																																																										
<b>Não circulante</b>																																																																																																																																															
Cíveis e administrativos	-	46	4	(24)	26																																																																																																																																										
Trabalhistas e previdenciários	240	630	10	(580)	300																																																																																																																																										
Total	240	676	14	(604)	326																																																																																																																																										
A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Cíveis e administrativos</td> <td>11</td> <td>42</td> </tr> <tr> <td>Trabalhistas e previdenciárias</td> <td>634</td> <td>362</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>645</td> <td>404</td> </tr> </tbody> </table>																	2018	2017	Cíveis e administrativos	11	42	Trabalhistas e previdenciárias	634	362	Total	645	404																																																																																																																				
	2018	2017																																																																																																																																													
Cíveis e administrativos	11	42																																																																																																																																													
Trabalhistas e previdenciárias	634	362																																																																																																																																													
Total	645	404																																																																																																																																													
<b>18. Patrimônio líquido</b>																																																																																																																																															
<b>a. Capital social:</b> O capital social da Companhia é de R\$ 149.607, dos quais R\$ 9.222 ainda não foram integralizados, composto por 74.803.571 ações ordinárias e 74.803.571 ações preferenciais e sem valor nominal.																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2018</th> <th colspan="2">2017</th> </tr> <tr> <th>Participação acionária de ações integralizar</th> <th>Quantidade</th> <th>Participação acionária de ações integralizar</th> <th>Quantidade</th> <th>Ações a integralizar</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CCR S.A.</td> <td>75,00%</td> <td>112.205.357</td> <td>6,916.904</td> <td>75,00%</td> <td>112.205.357</td> </tr> <tr> <td>Ruasinvest Participações S.A.</td> <td>15,00%</td> <td>22.441.071</td> <td>1.383.381</td> <td>15,00%</td> <td>22.441.071</td> </tr> <tr> <td>Mitsui &amp; CO. LTD</td> <td>10,00%</td> <td>14.960.714</td> <td>922.254</td> <td>10,00%</td> <td>14.960.714</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>100,00%</td> <td>149.607.142</td> </tr></tbody></table>																	2018		2017		Participação acionária de ações integralizar	Quantidade	Participação acionária de ações integralizar	Quantidade	Ações a integralizar	CCR S.A.	75,00%	112.205.357	6,916.904	75,00%	112.205.357	Ruasinvest Participações S.A.	15,00%	22.441.071	1.383.381	15,00%	22.441.071	Mitsui & CO. LTD	10,00%	14.960.714	922.254	10,00%	14.960.714	Total	100,00%	149.607.142																																																																																																	
	2018		2017																																																																																																																																												
	Participação acionária de ações integralizar	Quantidade	Participação acionária de ações integralizar	Quantidade	Ações a integralizar																																																																																																																																										
CCR S.A.	75,00%	112.205.357	6,916.904	75,00%	112.205.357																																																																																																																																										
Ruasinvest Participações S.A.	15,00%	22.441.071	1.383.381	15,00%	22.441.071																																																																																																																																										
Mitsui & CO. LTD	10,00%	14.960.714	922.254	10,00%	14.960.714																																																																																																																																										
Total	100,00%	149.607.142																																																																																																																																													

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

dos: Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 19 de abril de 2018, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos no valor de R\$ 115.637, a conta de Reserva de Retenção de Lucros e dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 16.000, pagos em 19 de abril de 2018. Em 25 de outubro de 2018, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), o pagamento de dividendos dos lucros apurados no período de 01 de janeiro de 2018 a 30 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 106.906, correspondente a R\$ 0,7145811258 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado a partir de 26 de outubro de 2018. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2018, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	151.056	158.658
(-) Constituição de reserva legal	(6.038)	-
Lucro líquido ajustado	145.018	158.658
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	36.255	39.664
Dividendos intermediários pagos	106.906	118.994

**e. Juros sobre o capital próprio:** Em 21 de dezembro de 2018, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o destaque pela Companhia de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 12.644, correspondente a R\$ 0,08451691384 por ação, sendo R\$ 1.097 da reserva de retenção de lucro e R\$ 11.547 do lucro apurado no exercício, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2017 (deduzido ou acrescido, *pro rata die* de eventuais movimentações ocorridas até 20 de dezembro de 2018, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), pagos em 28 de dezembro de 2018. **f. Lucro básico e diluído:** A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	151.056	158.658
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações (em milhares)	149.607	149.607
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	1,00969	1,06050
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	1,00969	1,06050

**g. Ajuste de avaliação patrimonial:** Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de *Hedge* de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado será transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas.

	2018	2017
Receitas metroviárias	490.382	447.476
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	150.913	111.707
Receitas acessórias	44.464	36.849
Receita de partes relacionadas	216	210
<b>Receita bruta</b>	685.975	596.242
Impostos sobre receitas	(14.913)	(10.399)
Abatimentos	(325)	(235)
<b>Deduções das receitas brutas</b>	(15.238)	(10.634)
<b>Receita líquida</b>	670.737	585.608

		2018		2017				
	Valor justo através dos resultados abrangentes	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através dos resultados abrangentes	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>								
Caixas e bancos	-	5.766	-	-	-	4.139	-	-
Aplicações financeiras	-	168.595	-	-	-	238.366	-	-
Aplicações financeiras vinculadas conta reserva	-	3	-	-	-	58	-	-
Contas a receber	-	-	15.280	-	-	-	11.210	-
Contas a receber com operações de derivativos	4.707	-	-	-	4.248	47	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	202	-	-	-	85	-
<b>Passivos</b>								
Financiamentos em moeda estrangeira (a)	-	-	-	-	-	-	-	(387.393)
Debêntures (a)	-	-	-	(1.272.982)	-	-	-	(525.332)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	(61.649)	-	-	-	(173.303)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	-	(822)	-	-	-	(81)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(52.121)
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	-	-	-	(2.663)	(35.635)	-
	4.707	174.364	15.482	(1.335.453)	1.585	206.975	11.295	(1.138.961)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **Caixas e banco, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. **Contas a receber, contas a receber de partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. **Contas a receber e a pagar com derivativos** - Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). **Financiamentos em moeda estrangeira** - Consideram-se os valores em moeda estrangeira desse financiamento equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas. **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2018	2017
Debêntures (a) (b)	1.287.028	547.591

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", abaixo. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

		Valores de Referência (Nocional) (1)				Valores Brutos Liquidados				Efeito Acumulado				Resultado					
	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Moeda Estrangeira	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	
<b>OPÇÕES DE COMPRA</b>																			
Posição ativa	Vários (2)	20/07/2009	15/02/2023 (3)	Strike Call de Libor de 4,5% a.a.	77.649	116.238	300.874	384.515	33	47	-	-	33	47	-	-	(14)	(292)	-
<b>NDF</b>																			
Posição ativa	Bradesco	30/11/2018	01/04/2019 (4)	USD	2.000	17.200	7.750	57.169	16	(1.003)	-	-	16	699	-	(1.702)	-	-	1.019
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,8875															(3.222)
Posição ativa	Votorantim	06/12/2017	01/02/2019 (4)	USD	4.400	9.710	17.049	32.274	2.101	49	-	-	2.101	423	-	(374)	-	-	2.052
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,3978															(1.396)
Posição ativa	Bradesco	06/12/2017	01/03/2019 (4)	EUR	8.500	10.824	37.732	44.216	2.484	1.212	-	-	2.484	1.698	-	(486)	-	-	1.272
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,1050 e R\$ 4,2415															1.656
Posição ativa	BTG Pactual	30/11/2018	02/09/2019 (4)	EUR	2.200	-	9.766	-	73	-	-	-	73	686	-	-	-	-	(613)
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,5724															1.050
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2018</b>					373.171	518.174	4.707	305	-	-	-	-	4.707	3.553	-	(2.562)	(14)	(292)	3.730
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017</b>					-	(34.308)	(32.527)	(73.352)	-	742	-	-	(35.736)	(3.449)	(23.322)	5.916	(6.990)	-	-
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES</b>					4.707	(34.003)	(32.527)	(73.352)	4.707	4.295	-	-	(38.298)	(3.463)	(23.614)	9.646	(8.902)	-	-

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente. (2) As contrapartes são: Banco Santander (Brasil) S.A., SMBC Capital Markets Limited, Banco Bilbao Vizcaya Argentina S.A., WestLB AG New York Branch, Espírito Santo Investment p.l.c, Societe Generale/Paris. (3) As opções de compra foram divididas em 54 tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com vencimentos semestrais entre agosto de 2009 e fevereiro de 2023. (4) Os contratos possuem vencimentos intermediários de fevereiro de 2019, março de 2019, abril de 2019 e setembro de 2019. (5) Refere-se a contratos que englobam várias NDF's com vencimentos e valores nominais distintos conforme indicado abaixo:

<b>Contraparte</b>	<b>Data de contratação</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Nocional em US\$ mil</b>	<b>Taxa forward (R\$/US\$)</b>
Bradesco	30/11/2018	01/04/2019	2.000	3,8875
Votorantim	06/12/2017	01/02/2019	4.400	3,3978
				<b>Taxa forward (R\$/EUR)</b>
Bradesco	06/12/2017	02/01/2019	5.500	4,1050
Bradesco	28/02/2018	01/03/2019	3.000	4,2415
BTG Pactual	30/11/2018	02/09/2019	2.200	4,5724

**Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção**

	2018	2017
Riscos cambiais	(3.463)	(23.614)

**Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

	2018	2017
<b>Despesas financeiras</b>		
Perda com operações de derivativos	(73.502)	(74.839)
Variação cambial sobre financiamentos	(18.076)	(51.400)
Variação cambial sobre derivativos	(11.295)	(5.987)
Variação monetária sobre debêntures	(18.968)	-
Juros sobre financiamentos e debêntures	(97.815)	(63.641)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(44.762)	(21.666)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(7.008)	(5.030)
Capitalização de custos dos empréstimos	69.030	41.601
	(202.396)	(180.962)

	2018	2017
<b>Receitas financeiras</b>		
Variação cambial sobre financiamentos	16.924	50.168
Variação monetária sobre debêntures	4.895	-
Ganho com operações de <i>hedge</i>	60.399	50.383
Rendimento sobre aplicações financeiras	15.017	15.584
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	28.104	19.248
Variações cambiais sobre operações com derivativos	20.935	6.829
Juros e outras receitas financeiras	855	5.348
	147.129	147.560
	(55.267)	(33.402)

**20. Resultado financeiro**

**Despesas financeiras**

**Receitas financeiras**

**Resultado financeiro líquido**

**21. Instrumentos Financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de 100% dos pagamentos vincendos nos próximos 24 meses, de financiamentos em moeda estrangeira, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora da Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

	2018	2017
Aplicações financeiras e conta reserva	168.598	238.424
Derivativos a receber/(a pagar)	4.707	(34.003)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2:** *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia, visando cumprir as exigências de seu antigo contrato de financiamento com o BID, conforme descrito na nota explicativa nº 12 de 31 de dezembro de 2017 e visando a mitigação dos riscos de taxa de juros, contratou opções de compra da Libor com teto de 4,5% a.a. para todo o fluxo de juros de seu financiamento. Embora o financiamento com o BID tenha sido liquidado em abril de 2018, a Companhia manterá as opções até o vencimento final, em fevereiro de 2023, em função do prêmio já ter sido pago. Além disso, foram contratadas *NDFs* (*non deliverable forward*) para proteger os fluxos de caixa de aquisição de equipamentos em moeda estrangeira. Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram negociados em mercado de balcão. Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

<b>Operação</b>	<b>Vencimentos até</b>	<b>Exposição em R\$ (1)</b>	<b>Risco provável</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>	<b>Cenário C</b>	<b>Cenário D</b>	<b>Cenário E</b>	<b>Cenário F</b>	<b>Cenário G</b>	<b>Cenário H</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário J</b>	<b>Cenário K</b>	<b>Cenário L</b>	<b>Cenário M</b>	<b>Cenário N</b>	<b>Cenário O</b>	<b>Cenário P</b>
Compromissos em USD	Abril de 2019	24.799	Aumento da cotação do USD	-	(8.273)	(14.473)													
<i>Hedge</i> NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Abril de 2019	(24.799)	Diminuição da cotação do USD	-	8.273	14.473													
Compromissos em Euro	Setembro de 2019	23.083	Aumento da cotação do Euro	-	(6.070)	(11.840)													
<i>Hedge</i> NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Setembro de 2019	(23.083)	Diminuição da cotação do Euro	-	6.070	11.840													
<b>Moedas em 31/12/2018:</b>			<b>Efeito de Ganho ou (Perda)</b>																
	Dólar (2)																		
	Euro (2)																		

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação. (2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 31/12/2018, divulgadas pelo Banco Central do Brasil. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Vencimentos até</b>	<b>Exposição em R\$ (5) (7)</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>	<b>Cenário C</b>	<b>Cenário D</b>	<b>Cenário E</b>	<b>Cenário F</b>	<b>Cenário G</b>	<b>Cenário H</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário J</b>	<b>Cenário K</b>	<b>Cenário L</b>	<b>Cenário M</b>	<b>Cenário N</b>	<b>Cenário O</b>	<b>Cenário P</b>
<i>Hedge</i> (opções) de taxa de juros	LIBOR 6 meses (3)	Fevereiro de 2023	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures: 5ª Emissão - 1ª Série	CDI (2)	Março de 2028	745.917	(65.992)	(82.490)	(98.989)													
Debêntures: 5ª Emissão - 2ª Série	IPC-A (4)	Março de 2028	541.111</																

